

38.ª REUNIÃO DA COMISSÃO BILATERAL PERMANENTE

Ponta Delgada, 15 de dezembro de 2017

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Teve lugar ontem, em Lisboa, a 38.ª Reunião da Comissão Bilateral Permanente, prevista no Acordo de Cooperação e Defesa assinado entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Como é público, na reunião que antecedeu esta de Lisboa, e que se realizou a 11 de maio do corrente ano, em Washington, tive a oportunidade de, no final, dar conta da insatisfação do Governo dos Açores quanto à forma como essa reunião de Washington tinha decorrido e quanto aos resultados que dela tinham saído.

Essa minha apreciação deveu-se à perceção - muito nítida para mim - de que havíamos chegado a uma situação de impasse, em que as perspetivas de ambas as partes em relação à situação da descontaminação ambiental da ilha Terceira, quer em termos de âmbito, quer em termos de calendário, eram muito diferentes.

Após essa reunião e ao longo dos últimos meses, desde logo da minha parte, desenvolvi um conjunto de diligências, quer a nível nacional, quer a nível externo, com o objetivo de voltar a colocar este assunto no plano correspondente ao facto de esta ser uma prioridade para o Governo dos Açores.

A este propósito, julgo importante também salientar algumas outras diligências, como, por exemplo:

- A reunião do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, com o Secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, no dia 27 de julho;
- A reunião do Ministro da Defesa Nacional, José Azeredo Lopes, com o Secretário da Defesa norte-americano, James Mattis, no dia 12 de setembro;
- A entrada em funções do novo Embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa, George Glass, a 25 de agosto;
- A entrada em funções do novo Comandante do 65th Air Base Group, coronel Peter Frank, nas Lajes, a 16 de agosto, entre várias outras.

Interessa precisar que, muito embora algumas dessas diligências não fossem, exclusivamente, sobre a situação das Lajes, também sobre ela tiveram impacto.

Por outro lado, foram realizados e entregues os resultados de um conjunto variado de análises relativas aos dois locais cuja contaminação confirmada inspira, naturalmente, e isso já é conhecido, maior atenção da nossa parte.

É, por um lado, com os antecedentes dos resultados, ou da falta deles, da última reunião em Washington e, por outro, com este contexto de diligências desenvolvidas após a reunião de Washington que chegámos à reunião de ontem da Comissão Bilateral.

Na leitura do Governo Regional, a reunião da Comissão Bilateral Permanente de ontem marca uma nova abordagem a este assunto, que posso caracterizar como sendo de uma atenção renovada e reforçada ao assunto da descontaminação.

A assunção de uma maior amplitude quanto às diversas vertentes deste assunto, considerando que o assunto não tem por critério apenas as questões de segurança e de saúde pública, mas também as questões de qualidade ambiental, e, por último, a assunção, embora não formalmente contabilizada, da necessidade de haver uma calendarização para a execução de medidas concretas e visíveis nesse domínio da descontaminação.

Posso, assim, afirmar que, do ponto da vista da atenção política e diplomática para esta questão - e gostava de reforçar esse plano - considero que o assunto entrou numa nova fase.

Mas, o facto de ter entrado numa nova fase, não quer dizer que tenha chegado ao seu destino ou que esteja resolvido.

Efetivamente, para o Governo dos Açores é necessário que esta nova abordagem, e diria mesmo esta nova consciência para a importância essencial desta matéria no âmbito da relação com os Estados Unidos da América, se traduza em três resultados muito práticos:

1.º - Medidas concretas e visíveis, não só de monitorização, mas, sobretudo, de efetiva descontaminação nos locais onde a contaminação está comprovada e em todos os outros onde venha, eventualmente, a estar comprovada.

2.º - Reforço dos mecanismos de informação e transparência públicos quanto ao que deve ser feito e quanto ao que está ou não está a ser feito, segundo critérios técnicos e científicos.

Por ultimo, um calendário exigente, mas realizável, para evoluções visíveis e notórias deste assunto.

Depois desta reunião, da parte do Governo dos Açores, esse calendário é claro e está definido: seis meses ou a próxima reunião da Comissão Bilateral Permanente, consoante o que acontecer primeiro.

É, para nós, o calendário apropriado para avaliarmos se esta nova abordagem, de que tivemos claros sinais, sinais evidentes nesta última reunião, se materializa em resultados visíveis e concretos no âmbito da descontaminação.